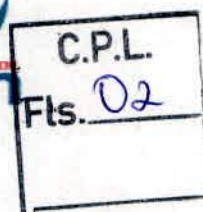




ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



Secretária de Administração

Pium - TO, 01 de junho de 2023

Assunto: Solicitação de serviços.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	06 meses	Prestação de serviços de Assessoria junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município- CMDCA de Pium, por meio da Comissão Especial a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deve, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução nº 170/2014 do Conanda e da Lei Municipal, compreendendo 03 produtos: Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial do CMDCA na elaboração da resolução e edital que regulamentará todas as etapas do processo de escolha de CT, inclusive orientando sobre as atribuições; ITEM 2. Assessorar a Comissão Especial do CMDCA na ANÁLISE DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS; ITEM 3. Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial do CMDCA na elaboração dos RECURSOS INTERPOSTOS, no tocante ao registro de candidaturas; ITEM 4. Assessorar a Comissão Especial na elaboração de plano de trabalho para organizar a logística de gestão do processo de escolha;	R\$ 3.090,00	R\$18.540,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



C.P.L.
Fls. 03

		ITEM 5. Disponibilizar todos os modelos de peças que serão utilizadas durante o processo de escolha (edital, resoluções, formulário de registro de candidaturas e outros); PRODUTO 2: FASE SEMI-PRESENCIAL 1. Elaborar a prova de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e outras leis de acordo com o edital publicado pelo CMDCA referente ao processo de escolha de Conselho Tutelar; 2. Aplicar no município a prova de conhecimento específico sobre o ECA e outras leis; 3. Publicar gabarito; 4. Corrigir a prova; 5. Disponibilizar o resultado da prova para o CMDCA publicar o resultado; 6. Elaborar para o CMDCA a defesa de eventuais recursos propostos pelos candidatos. PRODUTO 3: FASE À DISTÂNCIA ITEM 1. Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial para instrução dos/as candidatos habilitados na prova de conhecimentos específicos sobre a propaganda eleitoral, as condutas vedadas, as urnas eletrônicas e o dia da eleição; ITEM 2. Apoio técnico no dia da eleição (01 de outubro de 2023);		

Classificação Orçamentária: 14.243.0008.2042	Natureza de Despesa: 3.3.90.39	Fonte 1.500 DC 164
---	-----------------------------------	-----------------------------

Modalidade:

(x) Dispensa	() Inexigibilidade	Licitação: () Convite () Tomada de Preço () Concorrência () Pregão
----------------	---------------------	---

Justificativa: A presente aquisição visa atender a demanda do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão eleitoral para a eleição do Conselho Tutelar do Município, com aplicação da prova seletiva e a realização do processo seletivo para Conselheiro



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



C.P.L.
Fls. 04

Tutelar do Município visando assegurar a impessoalidade do processo, garantir sua tempestividade, e dado o grau de complexidade do trâmite processual.

Envie este processo ao departamento de compras e serviços para efetuar o levantamento de preços e determinar as providências cabíveis.

Respeitosamente,


FLAVIO SANTOS DA SILVA

Secretário Municipal de Juventude de Pium – TO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Município de Pium- TO
Responsável: Dr. Valdemir Oliveira Barros – Prefeito.

1. OBJETO

O presente objetiva a contratação de pessoa jurídica na assessoria e consultoria durante 06 (seis) meses para apoiar Conselho Municipal da Criança e Adolescente do Município de Pium estado do Tocantins.

2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição visa atender a demanda do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Comissão eleitoral para a eleição do Conselho Tutelar do Município, com aplicação da prova seletiva e a realização do processo seletivo para Conselheiro Tutelar do Município visando assegurar a impessoalidade do processo, garantir sua tempestividade, e dado o grau de complexidade do trâmite processual.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	06 meses	Prestação de serviços de Assessoria junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município- CMDCA de Pium, por meio da Comissão Especial a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deve, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução nº 170/2014 do Conanda e da Lei Municipal, compreendendo 03 produtos: Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial do CMDCA na elaboração da resolução e edital que regulamentará todas as etapas do processo de escolha de CT, inclusive orientando sobre as atribuições;		



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



	ITEM 2. Assessorar a Comissão Especial do CMDCA na ANÁLISE DOS REGISTROS DE CANDIDATURAS; ITEM 3. Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial do CMDCA na elaboração dos RECURSOS INTERPOSTOS, no tocante ao registro de candidaturas; ITEM 4. Assessorar a Comissão Especial na elaboração de plano de trabalho para organizar a logística de gestão do processo de escolha; ITEM 5. Disponibilizar todos os modelos de peças que serão utilizadas durante o processo de escolha (edital, resoluções, formulário de registro de candidaturas e outros); PRODUTO 2: FASE SEMI-PRESENCIAL 1. Elaborar a prova de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e outras leis de acordo com o edital publicado pelo CMDCA referente ao processo de escolha de Conselho Tutelar; 2. Aplicar no município a prova de conhecimento específico sobre o ECA e outras leis; 3. Publicar gabarito; 4. Corrigir a prova; 5. Disponibilizar o resultado da prova para o CMDCA publicar o resultado; 6. Elaborar para o CMDCA a defesa de eventuais recursos propostos pelos candidatos. PRODUTO 3: FASE À DISTÂNCIA ITEM 1. Subsidiar tecnicamente a Comissão Especial para instrução dos/as candidatos habilitados na prova de conhecimentos específicos sobre a propaganda eleitoral, as condutas vedadas, as urnas eletrônicas e o dia da eleição; ITEM	
--	--	--



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



		2. Apoio técnico no dia da eleição (01 de outubro de 2023);		

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

4.1 – Prestar os serviços de acordo com as determinações constantes neste Termo de Referência, as solicitações de serviços horários e locais, será estipulado pela Secretaria de Juventude.

4.2 – Cumprir rigorosamente e responsabilizar-se por todos os serviços relacionados no item 3 deste Termo de Referência, disponibilizando tais informações em tempo hábil para cumprimento dos prazos legais;

4.3 – Responder por quaisquer atos e danos causados à Administração e/ou a terceiros, durante a execução dos serviços;

4.4 – Responsabilizar-se por todas as obrigações tributárias decorrentes desta contratação, tais como: salários e todas as obrigações tributárias, sociais, previdenciárias, trabalhistas e de acidentes de trabalho e demais encargos decorrentes dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.5 – Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.6 – Demais obrigações resultantes da observância da Lei n.º 14.133/2021.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Uma vez decidida a contratação, o Executivo Municipal obriga-se a:

5.1. Efetuar o pagamento de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como no contrato.

5.2. Exigir o fiel cumprimento do TR e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

5.3. Ceder ao(s) empregado(s) da CONTRATADA um local apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos, quando necessário.

5.4. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;

5.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

5.6. Designar gestor para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIOM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIOM PARA TODOS"



5.7. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

5.8. A CONTRATANTE, pelo seu titular, é a única responsável pelos atos de gestão administrativa que sejam praticados.

6- DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato vigorará por 6 (seis) meses.

7 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E DAS SANÇÕES

7.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, nas formas previstas no artigo 138 da Lei n.º 14.133/21, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 139 da mesma lei.

7.2 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.4 No processo de apuração de infração e de aplicação de qualquer uma das sanções acima será observado o disposto nos parágrafos 1º a 9º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/21, bem como os artigos 157 a 163 da referida norma.

8 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

8.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 125 da Lei n.º 14.133/2021, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do CONTRATANTE.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9. A despesa com a presente licitação correrá a conta da Dotação Orçamentária:

Dotação Orçamentária	14.243.0008.2042	Manutenção da Sec. De Juventude
Elemento de Despesa	3.3.90.39 – DC 16	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ou física
Fonte de Recurso	1.500	Recursos Próprios

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, em moeda corrente, através de transferência Bancária, em até 30 (trinta) dias após o atesto pelo setor competente da Nota Fiscal/Fatura apresentada mensal, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável à licitante vencedora.

10.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária e pagamento do serviço prestado.

10.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicada. Sendo a licitante contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES NACIONAL, deverá fazer constar na nota fiscal a informação/legislação que garante a isenção de tais impostos.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor proporcional ao bem integrante do respectivo item não entregue ou cumprido, sem prejuízo das demais sanções, nos termos do artigo 162 da Lei 14.133/2021, não impedindo a aplicação das demais penalidades, quais sejam:

a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;

b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do bem em atraso, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Executivo.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Poder Executivo Municipal poderá, garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.

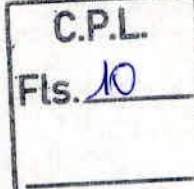
a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a prestação dos serviços dos bens, a critério do Executivo Municipal;

b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor da nota de empenho;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



11.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Conta Única da Prefeitura Municipal, via depósito identificado, com código fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

11.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo Executivo Municipal.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Será designado pela autoridade competente o responsável pela fiscalização da execução dos serviços oriundos desta contratação, conforme preceitua o a Lei 14.133/2021.

12.2 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante.

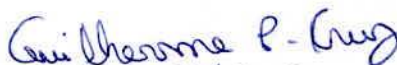
12.3 A fiscalização exercida pela Contratante não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, durante a vigência do contrato, bem como pelo prazo de objeto, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica responsabilidade do Poder Público ou de seus servidores .

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

13.1. Na Secretaria Municipal de Juventude, situada na sede da Prefeitura Municipal de Pium – TO.

Pium - TO, 02 de junho de 2023.

Documento elaborado por:


Guilherme Pereira Cruz
Diretor de Compras

Aprovado por:


DR. VALDEMIR OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal